

# Mais prazo para o Brasil pagar a dívida, como o México.

James L. Rowe Jr.

**E**spera-se que grandes países devedores, como o Brasil e a Venezuela, também consigam longos períodos para o pagamento de suas dívidas e taxas reduzidas de juros, semelhantes às condições que os principais bancos e o México estão em vias de concordar, declararam terça-feira vários banqueiros e funcionários governamentais.

Se bem que ainda existam detalhes do acordo a serem combinados, sua substância diz respeito a um dos maiores problemas com os quais todos, ou praticamente todos, os principais países devedores estão se deparando: uma parte grande demais dos seus pagamentos de dívidas deverão vencer no decorrer dos próximos anos.

Por exemplo, no México, quase 60 bilhões de sua dívida externa superior a 90 bilhões de dólares venceu antes de 1990. No Brasil, 57 bilhões deverão vencer durante esse mesmo período, segundo o principal economista internacional de um dos principais bancos regionais.

A Venezuela, que provavelmente representa o melhor risco de crédito em toda a América Latina, descobriu que seria impossível pagar tudo no prazo previsto no ano passado, porque mais da metade da sua dívida externa, no valor de 35 bilhões de dólares, deve vencer praticamente no mesmo tempo.

Além dos enormes pagamentos relativos à parte principal da dívida, os países também precisam pagar os juros sobre os seus fundos emprestados. No caso do Brasil e do México, apenas esses pagamentos de juros irão consumir 12 bilhões de dólares ou mais de sua receita em divisas estrangeiras.

## Recompensa

Os banqueiros disseram que a reestruturação da dívida a longo prazo que eles estão elaborando com o México é, em larga escala, uma espécie de recompensa pelo fato de este país ter adotado rígidas medidas econômicas para lidar com a inflação, com os excessivos gastos governamentais e com a tomada de empréstimos, bem como para compensar as quedas verificadas nos preços do petróleo. Há anos, Paul A.

Volcker, o presidente da diretoria da Reserva Federal, vinha defendendo tal enfoque para o México.

No entanto, economistas e fontes próximas às negociações bancárias disseram que a reestruturação a longo prazo também é um reconhecimento de que os pagamentos das dívidas estão ficando complicados demais.

Se o México deve sobreviver — e, conseqüentemente, os bancos serem capazes de recuperar os empréstimos concedidos — períodos mais longos de pagamentos teriam de ser negociados.

Os principais credores bancários do México concordaram, em princípio, em postergar o pagamento de aproximadamente 50 bilhões de dólares em principal que deverão vencer entre 1985 e 1990, se bem que o país devedor deverá continuar pagando os juros relativos à dívida.

O México pagará os 50 bilhões de dólares, o que representa a maior parte da dívida que o governo tem junto aos bancos estrangeiros, entre 1991 e 1998.

## Juros menores

O acordo proposto, que os principais credores do México deverão recomendar aos 500 bancos do mundo inteiro que lhe emprestaram dinheiro, também deverá reduzir as taxas de juros cobradas por eles. A taxa deverá ser, em média, de 1 1/8% acima da taxa interbancária londrina (Libor), que representa aproximadamente o custo do levantamento de fundos para os bancos internacionais.

Segundo um funcionário do governo norte-americano, adiar o pagamento da dívida principal é algo que faz sentido tanto para os bancos como para os países devedores.

Muitos bancos estão preocupados achando que esticar os pagamentos durante um período tão longo irá reduzir a necessidade de o México se manter num caminho econômico rigidamente disciplinado.

Eles observam a tendência da maior parte dos presidentes mexicanos, que por lei não podem permanecer no cargo durante mais do que um único mandato de seis anos, de aumentar muito os seus gastos nos últimos anos de suas administra-

ções — nem que seja apenas pelo motivo de deixar uma última impressão favorável junto ao eleitorado.

O Fundo Monetário Internacional deverá desempenhar um papel de grande destaque no acompanhamento do desempenho econômico mexicano. Se o México se afastar demais do caminho recomendado pelo FMI, os bancos terão a possibilidade de cancelar o atual acordo.

Os funcionários do governo norte-americano reconhecem que será difícil para os principais credores bancários do México, liderados pelo Citibank de Nova York, vender o pacote proposto aos demais bancos credores.

No entanto, existe um importante incentivo para todos os credores do México. No decorrer dos dois últimos anos, todo banco com empréstimos em aberto neste país esteve sob intensas pressões para emprestar mais dinheiro, numa proporção equivalente à sua participação nos empréstimos totais. O acordo de 14 anos eliminaria de uma vez por todas este esquema de "empréstimos forçados".

## O caso do Brasil

Espera-se que o Brasil exija condições semelhantes quando começar a negociar, no próximo outono, com os seus credores, liderados igualmente pelo Citibank de Nova York. Mas os bancos certamente se mostram relutantes em negociar um acordo de vários anos de duração com o Brasil até o final do governo de João Baptista Figueiredo, que deverá ser substituído a 15 de março.

Os bancos certamente se mostram mais relutantes ainda em conceder o longo período de carência — durante o qual não são cobrados pagamentos do principal — à Venezuela, por causa da saúde econômica básica desse país.

A Venezuela, que argumenta que a sua pequena população e a sua elevada receita petrolífera a tornam o melhor risco de crédito em toda a América Latina, está lutando intensamente para conseguir um período de carência semelhante ao que o México deverá receber segundo os termos do acordo proposto e que se espera o Brasil também conseqa.